ISSN:2594-6153

Clínica, família e escola: a atuação articuladora do psicopedagogo diante das dificuldades de aprendizagem

Sílvia Lima Oliveira dos Santos[1], Eliza Sampaio[2]

[1]Universidade Santa Cecília (UNISANTA), Santos-SP, Brasil
[2] Faculdade Unypública - Curitiba - PR, Brasil

E-mail: slsantos.adm@gmail.com

Resumo: Este estudo analisou a atuação articuladora do psicopedagogo clínico entre estudante, família e escola. Realizou-se uma revisão bibliográfica narrativa de estudos nacionais e internacionais publicados entre 2020 e 2026, organizados em três eixos de análise. Os resultados indicam que esse profissional pode contextualizar a avaliação, evitar explicações culpabilizantes e transformar os achados em orientações aplicáveis. Conclui-se que essa articulação favorece estratégias, metas compartilhadas e a continuidade das intervenções.
Palavras-chave: Psicopedagogia Clínica; Avaliação Psicopedagógica; Relação Família-Escola; Intervenção Psicopedagógica; Colaboração Interprofissional.

Clinic, Family, and School: The Psychopedagogue's Articulating Role in Addressing Learning Difficulties

Abstract: This study analyzed the clinical psychopedagogue's role in coordinating relationships among students, families, and schools. A narrative literature review of national and international studies published between 2020 and 2026 was conducted and organized into three analytical axes. The results indicate that this professional can contextualize assessment, avoid blame-based explanations, and translate findings into applicable recommendations. This articulation supports shared strategies and goals and promotes continuity of interventions.
Keywords: Clinical Psychopedagogy; Psychopedagogical Assessment; Family-School Partnership; Psychopedagogical Intervention; Interprofessional Collaboration.

Introdução

A aprendizagem constitui um processo multidimensional, influenciado por fatores individuais, familiares, escolares e sociais. Nessa perspectiva, a avaliação psicopedagógica não deve limitar-se à identificação de dificuldades ou à emissão de classificações, mas contribuir para a compreensão do sujeito em seus diferentes contextos e para a construção de orientações aplicáveis. Esse entendimento exige articulação entre clínica, família e escola, com definição de responsabilidades, comunicação acessível e acompanhamento das estratégias propostas.

Em 2026, a aprovação do Projeto de Lei nº 1.675/2023 e seu encaminhamento à sanção presidencial ampliaram o debate sobre as atribuições da Psicopedagogia [1,2]. As críticas apresentadas pelos Conselhos Federais de Psicologia e de Fonoaudiologia, relacionadas à possível sobreposição de competências profissionais [3], reforçam a necessidade de delimitação responsável da atuação psicopedagógica e de colaboração interdisciplinar.

Diante desse cenário, questiona-se como a atuação articuladora do psicopedagogo clínico pode transformar os resultados da avaliação em orientações aplicáveis e metas compartilhadas entre clínica, família e escola.

Objetivos

Este estudo teve como objetivo analisar as contribuições da atuação articuladora do psicopedagogo clínico para a comunicação dos resultados da avaliação, a construção compartilhada de estratégias e a continuidade das intervenções nos contextos familiar e escolar. Especificamente, buscou-se examinar como os achados avaliativos podem ser traduzidos em orientações aplicáveis; identificar práticas de corresponsabilidade sem culpabilização; e analisar estratégias de comunicação, definição de metas e acompanhamento das intervenções.

Material e Métodos

Este estudo caracteriza-se como uma revisão bibliográfica narrativa, de abordagem qualitativa e caráter exploratório-descritivo. A busca foi realizada nas bases SciELO, PePSIC/BVS e ERIC, com descritores em português e inglês relacionados à psicopedagogia clínica, dificuldades de aprendizagem e parceria família-escola. Foram incluídos artigos completos, nacionais e internacionais, publicados entre 2020 e 2026 e relacionados à articulação entre profissionais, família e escola. Excluíram-se publicações sem relação direta com a aprendizagem ou com o objeto investigado. Após a leitura de títulos, resumos e textos completos, os estudos foram organizados em três eixos de análise: orientações aplicáveis; corresponsabilidade sem culpabilização; e comunicação, metas compartilhadas e acompanhamento.

Resultados

Os estudos foram organizados em três eixos relacionados ao objetivo da revisão: tradução dos achados avaliativos em orientações aplicáveis; corresponsabilidade entre clínica, família e escola sem culpabilização; e comunicação voltada à definição de metas e ao acompanhamento das intervenções. A Tabela 1 apresenta os oito estudos essenciais, seus principais resultados e os eixos para os quais contribuíram.

Tabela 1. Caracterização e contribuições dos estudos analisados

Estudo	Tipo/base	Principal contribuição	Eixo
Pires L, Sacilotto IC, Próspero AP. Para quem serve a avaliação psicopedagógica?. 2021.[4]	Revisão de literatura - PePSIC/BVS	É a referência mais diretamente relacionada à psicopedagogia clínica. Defende avaliação que considere o estudante em sua totalidade e nas relações com família e escola, ultrapassando laudos e classificações reducionistas.	1 e 2
Rosa T, Magalhães CR, Silveira LMOB. Envolvimento família-escola e suas implicações no desempenho escolar na educação básica. 2024.[5]	Estudo quantitativo transversal - SciELO	Investigou 101 familiares e 12 professoras. Mostra diferenças entre as percepções de família e docentes e sustenta a necessidade de comunicação realmente bilateral, sem responsabilizar a família.	2 e 3
Monteiro LMS, Elias AGP, Magalhães DDH, Tondin CF. Uma revisão integrativa sobre o conceito de queixa escolar. 2025.[6]	Revisão integrativa de 58 artigos - SciELO	Fundamenta a discussão sobre queixa escolar como fenômeno complexo e multideterminado. Identifica a recorrência da culpabilização do estudante e da família e oferece base para uma abordagem contextual e crítica.	2
Smith TE, Sheridan SM, Kim EM, Park S, Beretvas SN. The Effects of Family-School Partnership Interventions on Academic and Social-Emotional Functioning. 2020.[7]	Meta-análise - ERIC	Fornece a evidência internacional mais consistente de que intervenções estruturadas de parceria entre família e escola podem favorecer resultados acadêmicos e socioemocionais.	3
Musendo DJ, Scherer N, Jepkosgei J, et al. A Systematic Review of Interventions Promoting Parental Involvement in the Education of School-Aged Children With Disabilities. 2023.[8]	Revisão sistemática de 21 estudos	Mostra que diferentes intervenções de participação parental produziram resultados positivos para famílias, estudantes, escolas ou comunidades. Também alerta para a heterogeneidade dos estudos e a falta de pesquisas em países de renda média e baixa.	2 e 3
Cabral CS, Falcke D, Marin AH. Relação família-escola-criança com Transtorno do Espectro Autista: percepção de pais e professoras. 2021.[9]	Estudo qualitativo - SciELO	Evidencia que a existência de contatos entre família e escola não significa necessariamente parceria. Aponta dificuldades, expectativas distintas e necessidade de integração dos recursos que apoiam a aprendizagem.	2 e 3
Johnston AN, Burke MM. Exploring the Family-Professional Partnerships of Parents of Children with Disabilities from Low-Resourced Backgrounds. 2026.[10]	Estudo multimétodo, Journal of Developmental and Physical Disabilities	Identifica dimensões concretas da parceria: comunicação, competência profissional, respeito, compromisso, igualdade, defesa de direitos e confiança. Destaca comunicação, compromisso e equidade como elementos especialmente relevantes.	2 e 3
Resende SD, Campos SM. Transtorno do Espectro Autista: diagnóstico e intervenção psicopedagógica clínica. 2024.[11]	Estudo bibliográfico e documental PePSIC/BVS	É bastante direto sobre a atuação clínica: encaminhamentos, trabalho multidisciplinar, plano individualizado e orientação à família e à escola para que a intervenção tenha continuidade fora do consultório.	1 e 3

Discussão

No primeiro eixo, os estudos indicam que a avaliação psicopedagógica deve ultrapassar classificações e produzir orientações relacionadas às necessidades e aos contextos do estudante. Pires, Sacilotto e Próspero [4] defendem uma compreensão integral do sujeito e de suas relações com a família e a escola. No contexto do TEA, Resende e Campos [11] acrescentam a identificação de habilidades essenciais à aprendizagem, o planejamento individualizado, os encaminhamentos adequados e a atuação multidisciplinar. Cabral, Falcke e Marin [9] reforçam

que os conhecimentos da família, da escola e dos profissionais de apoio precisam ser integrados. Assim, a contribuição do psicopedagogo não se encerra na avaliação, mas inclui a tradução dos achados em estratégias claras, possíveis e passíveis de acompanhamento.

No segundo eixo, os estudos convergem ao compreender as dificuldades de aprendizagem como fenômenos relacionados a fatores individuais, familiares, escolares e sociais. Pires, Sacilotto e Próspero [4] propõem uma análise não reducionista, enquanto Monteiro et al. [6] demonstram que a compreensão descontextualizada da queixa escolar pode reforçar a culpabilização do estudante e de sua família. Rosa, Magalhães e Silveira [5] e Cabral, Falcke e Marin [9] apontam que diferenças de expectativas e a ausência de espaços de escuta dificultam a parceria. A corresponsabilidade requer, portanto, o reconhecimento dos limites, recursos e atribuições de cada participante, sem transferir isoladamente a responsabilidade pelas dificuldades ou pelos resultados da intervenção.

No terceiro eixo, os achados mostram que o simples envio de informações não constitui uma relação colaborativa. Graham-Clay [12] diferencia a comunicação unilateral, realizada em uma única direção, da comunicação bilateral, caracterizada por diálogo e feedback. Rosa, Magalhães e Silveira [5] identificam a permanência de relações hierárquicas entre escola e família, enquanto Cabral, Falcke e Marin [9] observam que a existência de contatos não garante planejamento conjunto. Johnston e Burke [10] associam parcerias mais efetivas a uma comunicação clara, frequente, responsiva e bidirecional. As revisões de Smith et al. [7] e Musendo et al. [8] também indicam resultados favoráveis de intervenções estruturadas de parceria, embora destaquem a heterogeneidade das estratégias investigadas. Desse modo, a articulação psicopedagógica exige diálogo, metas observáveis, definição de responsabilidades e revisão periódica das intervenções.

Considerações Finais

Os estudos analisados indicam que o psicopedagogo clínico pode exercer uma função articuladora ao contextualizar os resultados da avaliação, traduzi-los em orientações aplicáveis e favorecer o diálogo entre estudante, família, escola e profissionais envolvidos. Essa atuação contribui para substituir explicações culpabilizantes por uma compreensão compartilhada das dificuldades, bem como para definir metas, responsabilidades e formas de acompanhamento. Conclui-se que a continuidade das intervenções depende de comunicação bilateral, estratégias construídas colaborativamente e revisão periódica dos resultados. Como limitações, destacam-se o número reduzido de estudos diretamente relacionados à Psicopedagogia Clínica e a diversidade dos contextos e métodos analisados, o que evidencia a necessidade de pesquisas empíricas sobre modelos de articulação entre clínica, família e escola.

Referências

1. Brasil. Senado Federal. Projeto de Lei nº 1.675, de 2023: dispõe sobre o exercício da atividade de Psicopedagogia [Internet]. Brasília: Senado Federal; 2023 [citado em 14 set 2026]. Disponível em: Senado Federal – PL 1.675/2023
2. Senado Federal. CAS aprova em segundo turno regulamentação da psicopedagogia [Internet]. Brasília: Agência Senado; 2026 mar 26 [citado em 14 set 2026]. Disponível em: Agência Senado
3. Conselho Federal de Psicologia; Conselho Federal de Fonoaudiologia. Alerta na saúde e na educação: entenda os riscos do PL 1.675/2023 para a Psicologia e a Fonoaudiologia [Internet]. Brasília: CFP; 2026 set 10 [citado em 14 set 2026]. Disponível em: Conselho Federal de Psicologia.
4. Pires L, Sacilotto IC, Próspero AP. Para quem serve a avaliação psicopedagógica? Rev Psicopedag. 2021;38(116). doi: 10.51207/2179-4057.20210017.
5. Rosa T, Magalhães CR, Silveira LMOB. Envolvimento família-escola e suas implicações no desempenho escolar na educação básica. Psicol Esc Educ. 2024;28:e262230. doi: 10.1590/2175-35392024-262230.
6. Monteiro LMS, Elias AGP, Magalhães DDH, Tondin CF. Uma revisão integrativa sobre o conceito de queixa escolar. Psicol Esc Educ. 2025;29:e278850. doi: 10.1590/2175-3539-2025-278850.
7. Smith TE, Sheridan SM, Kim EM, Park S, Beretvas SN. The effects of family-school partnership interventions on academic and social-emotional functioning: a meta-analysis exploring what works for whom. Educ Psychol Rev. 2020; 32:511-544. doi: 10.1007/s10648-019-09509-w.
8. Musendo DJ, Scherer N, Jepkosgei J, Maweu L, Mupiwa A, Hara O, et al. A systematic review of interventions promoting parental involvement in the education of school-aged children with disabilities. Australas J Spec Incl Educ. 2023;47(2):123-139. doi: 10.1017/jsi.2023.11.
9. Cabral CS, Falcke D, Marin AH. Relação família-escola-criança com Transtorno do Espectro Autista: percepção de pais e professoras. Rev Bras Educ Espec. 2021;27:e0156. doi: 10.1590/1980-54702021v27e0156.
10. Johnston AN, Burke MM. Exploring the family-professional partnerships of parents of children with disabilities from low-resourced backgrounds. J Dev Phys Disabil. 2026; 38:733-755. doi: 10.1007/s10882-025-10038-4.
11. Resende SD, Campos SM. Transtorno do Espectro Autista: diagnóstico e intervenção psicopedagógica clínica. Rev Psicopedag. 2024;41(125):350-365. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0103-84862024000200350&script=sci_arttext.
12. Graham-Clay S. Communicating with parents 2.0: strategies for teachers. Sch Community J. 2024;34(1):9-60. Disponível em: https://files.eric.ed.gov/fulltext/EJ1425334.pdf